

Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	12
3 Gerenciamento de riscos.....	19
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	20
5 Aplicações financeiras vinculadas.....	21
6 Contas a receber de clientes.....	21
7 Imobilizado.....	22
8 Empréstimos e financiamentos.....	23
9 Patrimônio líquido.....	24
10 Receita líquida de vendas.....	25
11 Custos operacionais.....	26
12 Despesas gerais ou administrativas.....	26
13 Resultado financeiro.....	26
14 Partes relacionadas.....	27
15 Instrumentos financeiros.....	28
16 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	28
17 Contingências.....	29



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.
Ruy Barbosa (RN)**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Barroso Silva Junior', written over a faint circular stamp.

Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Balances patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.139	9.051
Contas a receber de clientes	6	5.502	5.438
Outros créditos		2.389	672
Partes relacionadas - outros créditos	14	549	2.518
Total do Ativo Circulante		21.579	17.679
Aplicações financeiras vinculadas	5	4.340	5.355
Outros créditos		581	—
Realizável à longo prazo		4.921	5.355
Imobilizado	7	215.868	226.371
Intangível		648	656
		216.516	227.027
Total do Ativo Não Circulante		221.437	232.382
Total do Ativo		243.016	250.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		4.267	456
Dividendos a pagar	14	3.350	—
Empréstimos e financiamentos	8	7.303	7.616
Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	13	5
Obrigações fiscais		503	444
Imposto de renda e contribuição social	16	564	590
Obrigações trabalhistas		260	230
Outras contas a pagar		681	2.811
Total do Passivo Circulante		16.941	12.152
Empréstimos e financiamentos	8	147.651	156.791
Outras contas a pagar		613	—
Provisão para desmobilização		3.418	3.278
Total do Passivo Não circulante		151.682	160.069
Passivo Total		168.623	172.221
Patrimônio líquido	9		
Capital social		58.622	58.622
Reserva legal		5.722	5.016
Reserva de lucros a distribuir		10.049	14.202
Total do Patrimônio Líquido		74.393	77.840
Total do Passivo e Patrimônio líquido		243.016	250.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	10	64.605	63.938
Custos operacionais	11	(38.340)	(20.098)
Lucro bruto		26.265	43.840
Despesas gerais ou administrativas	12	(1.270)	(1.187)
Outras receitas operacionais		19	1.124
Despesas operacionais		(1.251)	(63)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		25.014	43.777
Receitas financeiras	13	2.800	2.650
Despesas financeiras	13	(10.701)	(11.316)
Resultado financeiro		(7.901)	(8.666)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		17.113	35.111
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.009)	(2.921)
Lucro do exercício		14.104	32.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro do exercício	<u>14.104</u>	<u>32.190</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>—</u>	<u>—</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>—</u>	<u>—</u>
Resultado abrangente total	<u>14.104</u>	<u>32.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		90.372	3.407	9.200	—	102.979
Redução de capital	9	(31.750)	—	—	—	(31.750)
Lucro do exercício		—	—	—	32.190	32.190
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	—	1.609	—	(1.609)	—
Dividendos obrigatórios	9	—	—	—	(7.645)	(7.645)
Dividendos adicionais distribuídos	9	—	—	(17.934)	—	(17.934)
Reserva de lucros a distribuir	9	—	—	22.936	(22.936)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		58.622	5.016	14.202	—	77.840
Lucro do exercício		—	—	—	14.104	14.104
Destinação do Lucro						
Reserva legal	9	—	706	—	(706)	—
Dividendos obrigatórios	9	—	—	—	(3.350)	(3.350)
Dividendos adicionais distribuídos	9	—	—	(14.201)	—	(14.201)
Reserva de lucros a distribuir	9	—	—	10.048	(10.048)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		58.622	5.722	10.049	—	74.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		14.104	32.190
Ajustes para:			
Depreciação	7	10.583	10.563
Rendimento de aplicações	5	(558)	(488)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	9.699	10.476
Resultado da baixa de imobilizado	7	–	1
Imposto de renda e contribuição social	16	3.009	2.921
Apropriação do custo de captação	8	821	669
Outros		797	784
		38.455	57.116
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(64)	(324)
Outros créditos		(2.865)	(909)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		1.977	(3.171)
Fornecedores		3.811	163
Obrigações trabalhistas		30	28
Obrigações fiscais		(478)	(1.342)
Outras contas a pagar		(1.516)	2.563
Caixa gerado pelas atividades operacionais		39.350	54.124
Impostos pagos sobre o lucro	16	(2.498)	(1.354)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		36.852	52.770
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgates de aplicações financeiras	5	1.490	–
Aquisição de imobilizado	7	(80)	(244)
Aquisição de intangível		–	(497)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		1.410	(741)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas	9	(14.201)	(25.579)
Redução de capital	9	–	(31.750)
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(7.921)	(7.552)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(9.879)	(10.407)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(2.173)	(2.582)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(34.174)	(77.870)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.088	(25.841)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	9.051	34.892
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	13.139	9.051
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.088	(25.841)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Alice Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 23 de janeiro de 2018, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Martina 10 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 63MW de capacidade instalada, está localizado em Ruy Barbosa (RN) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 27 de agosto de 2021. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.7 Ativo imobilizado** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir dos custos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.12 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos juros pagos sobre financiamentos de longo prazo nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Até 31 de dezembro de 2024, a Administração classificava os juros pagos sobre dívidas de longo prazo como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa. A partir de 1º de janeiro de 2025, esses valores passaram a ser classificados como fluxos das atividades de financiamento. O propósito desta mudança é apresentar de forma fidedigna a transação dada a sua natureza, e foi adotada porque tais dívidas foram contratadas para viabilizar a construção dos empreendimentos (CAPEX) e serão liquidadas no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2024, o impacto representava o montante de R\$10.407 no fluxo de caixa, conforme tabela abaixo:

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo atual
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(10.407)	10.407	—
Outros	52.770	—	52.770
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	42.363	10.407	52.770
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(741)	—	(741)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	—	(10.407)	(10.407)
Outros	(67.463)	—	(67.463)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(67.463)	(10.407)	(77.870)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(25.841)	—	(25.841)

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- a. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- b. Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:
- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é a dívida apresentada na Nota 8.

A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para cumprimento do serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada pela Companhia, apresentada na Nota 8, possuía risco de mercado associado à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	10.650	Baixa do CDI	10.006	9.424
Efeito no resultado	2.239		1.595	1.013
Aplicações financeiras vinculadas	4.340	Baixa do CDI	4.188	4.044
Efeito no resultado	558		405	262
Empréstimos e financiamentos	(168.168)	Alta do IPCA	(170.733)	(173.297)
Efeito no resultado	(9.699)		(12.263)	(14.828)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	2.488	132
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	10.650	8.918
Total	13.139	9.051

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a (11,25% a.a em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações vinculadas – Fundo de liquidez BNB	4.340	5.355
Total	4.340	5.355
Ativo não circulante	4.340	5.355

As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) em conta de fundo de liquidez constituído por meio do contrato de financiamento com o BNB em 30 de dezembro de 2019. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento e são uma garantia do empréstimo, podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas aos respectivos contratos de financiamentos em caso de inadimplência. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a em 31 de dezembro de 2024).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	5.355	4.940
Rendimento de aplicações	558	488
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(83)	(73)
Resgates de aplicações financeiras	(1.490)	–
Saldos finais	4.340	5.355

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - terceiros	5.149	5.298
Venda de energia - partes relacionadas (nota 14)	353	140
Total	5.502	5.438

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Torres anemométricas	10,00%	98	(43)	55	64
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	256.677	(45.808)	210.869	221.307
Edificações	3,33% a 4%	2.453	(389)	2.064	2.152
Instalações	10,00 %	123	—	123	—
Equipamentos de Processamento de Dados	20,00 %	15	(8)	7	10
Móveis e Utensílios	6,25 %	24	(7)	17	20
Provisão para desmobilização	2,86%	2.989	(256)	2.733	2.818
Total		262.379	(46.511)	215.868	226.371

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências	Adição Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	64	—	—	(9)	55
Máquinas e equipamentos	221.307	80	(123)	(10.395)	210.869
Edificações	2.152	—	—	(88)	2.064
Instalações	—	—	123	—	123
Equipamentos de Processamento de Dados	10	—	—	(3)	7
Móveis e Utensílios	20	—	—	(3)	17
Provisão para desmobilização	2.818	—	—	(85)	2.733
Total	226.371	80	—	(10.583)	215.868

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	75	—	—	(1)	(10)	64
Máquinas e equipamentos	227.051	244	4.388	—	(10.376)	221.307
Edificações	2.240	—	—	—	(88)	2.152
Equipamentos de Processamento de Dados	12	—	—	—	(2)	10
Móveis e Utensílios	22	—	—	—	(2)	20
Provisão para desmobilização	2.903	—	—	—	(85)	2.818
Custos de empréstimo	4.388	—	(4.388)	—	—	—
Total	236.691	244	—	(1)	(10.563)	226.371

8 Empréstimos e financiamentos

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNB no valor de R\$166.830, destinado à operação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE").

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,15% ao ano. O período total de pagamento é de 222 meses com carência de 32 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 15 de agosto de 2022 e a última prestação a ser liquidada em 15 de janeiro de 2041.

Os *covenants* do contrato firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* estabelecidos no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
BNB	168.168	176.269
(-) Custos de captação	(13.214)	(11.862)
Empréstimos e financiamentos	154.954	164.407

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	164.407	173.803
Juros incorridos	9.699	10.476
Pagamento de principal	(7.921)	(7.552)
Pagamento de juros	(9.879)	(10.407)
Apropriação do custo de captação	821	669
Custo de captação pago no exercício	(2.173)	(2.582)
Saldos em 31 de dezembro	154.954	164.407
Circulante	7.303	7.616
Não circulante	147.651	156.791

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	7.928	4,72%
2027	7.808	4,88%	7.808	4,65%
2028	8.328	5,21%	8.328	4,96%
2029	8.795	5,50%	8.795	5,24%
2030	9.314	5,82%	9.314	5,55%
2031	9.911	6,19%	9.911	5,90%
2032	10.296	6,44%	10.296	6,13%
2033	10.770	6,73%	10.770	6,41%
2034	11.368	7,11%	11.368	6,77%
2035	11.944	7,47%	11.944	7,11%
2036	12.616	7,89%	12.616	7,51%
2037	13.254	8,28%	13.254	7,89%
2038	14.042	8,78%	14.042	8,36%
2039	14.911	9,32%	14.911	8,88%
2040	15.422	9,64%	15.422	8,18%
2041	1.205	1,75%	1.204	0,72%
Total parcelas – longo prazo	159.984	100,00%	167.911	100,00%
(-) Custo de captação – longo prazo	(12.333)		(11.120)	
Saldo total – longo prazo	147.651		156.791	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$58.622 em 31 de dezembro de 2025 (R\$58.622 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 58.621.803 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de Santa Alice Holding S.A.	100%	58.622	58.621.803	100%	58.622	58.621.803
Total	100%	58.622	58.621.803	100%	58.622	58.621.803

Redução de capital

Em 30 de janeiro de 2024, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), deliberou-se sobre a redução do capital social da Companhia no montante de R\$31.750, com o cancelamento de 31.750.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a restituição do capital ao único acionista da Companhia, com efeito caixa no exercício. Com a deliberação, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado reduziu de R\$90.372 para R\$58.622.

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$3.350 (R\$7.645 em 31 de dezembro de 2024).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	14.104	32.190
(-) Reserva legal (5%)	(706)	(1.609)
Base de cálculo – dividendos mínimos obrigatórios	13.398	30.581
Dividendos obrigatórios	3.350	7.645

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$706 (R\$1.609 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$10.048 (R\$22.936 em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos adicionais distribuídos

Em 17 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberou-se sobre a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas da Companhia no montante de R\$14.201 (R\$17.934 em 2024).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$14.201 (R\$25.579 em 2024).

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica	67.060	66.344
PIS e Cofins sobre vendas	(2.455)	(2.406)
Total	64.605	63.938

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(234)	(230)
Energia comprada (a)/(b)	(22.397)	(4.335)
Depreciação	(10.583)	(10.563)
Gastos operacionais – geração energia	(757)	(718)
Gastos com propriedades	(1.013)	(1.190)
Gastos com manutenção	(1.815)	(1.826)
Outros custos	(1.541)	(1.236)
Total	(38.340)	(20.098)

- (a) Em relação aos impactos da Lei 15.269 de 24/11/25 que aborda, entre outros temas, o ressarcimento de projetos eólicos e solares pelos cortes forçados na geração de energia ("curtailment"), a administração da Companhia está avaliando a adesão ao termo de compromisso proposto no Art. 1º-B. Como o texto e condições detalhadas do termo de compromisso ainda não foram publicados a Companhia não pode afirmar sua adesão e portanto não reconheceu nas demonstrações financeiras de 2025 qualquer valor referente ao eventual ressarcimento. A administração segue confiante que os mecanismos adequados de ressarcimento serão implementados pela ANEEL/ONS e que a Companhia receberá sua compensação por perdas passadas em um prazo adequado.
- (b) Em 19 de julho de 2025, a equipe do Centro de Operações (COG) da Administração identificou o desligamento intempestivo de um dos transformadores de potência do parque eólico. A Companhia possuía apólice de Risco Operacional com cobertura de custos relacionados a danos operacionais, incluindo a compra de energia adicional e a reposição do equipamento danificado. Após comunicação formal à seguradora, em 19 de dezembro de 2025 a Companhia foi informada que receberia reembolso preliminar no montante de R\$1.750 relativo a compra de energia, sem efeito caixa no exercício corrente. Nesta mesma data, a Companhia realizou o registro do crédito a receber da seguradora em contrapartida a conta de custos com Energia Comprada.

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.206)	(1.156)
Despesas com escritórios	–	(7)
Outras despesas gerais ou administrativas	(64)	(24)
Total	(1.270)	(1.187)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$1.166 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$1.119 em 31 de dezembro de 2024), conforme citado na [Nota 14](#) Partes relacionadas.

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	2.796	2.640
Outras receitas financeiras	4	10
Total	2.800	2.650
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(9.699)	(10.476)
Juros sobre provisão para desmobilização	(140)	(151)
Apropriação do custo de captação	(821)	(669)
Outras despesas financeiras	(41)	(20)
Total	(10.701)	(11.316)
Resultado financeiro	(7.901)	(8.666)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	902	2.658
Contas a receber de clientes	353	140
Venda de energia (nota 6)/(c)	353	140
Partes relacionadas - outros créditos	549	2.518
Transações de condomínios (b)	549	2.518
Passivo	3.363	5
Partes relacionadas - outras contas a pagar	13	5
Transações de condomínio (b)	8	—
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	5	5
Dividendos a pagar	3.350	—
Dividendos a pagar para partes relacionadas	3.350	—
Resultado	4.117	7.027
Receita líquida de vendas	6.940	8.323
Venda de energia (c)	6.940	8.323
Custos operacionais	(1.657)	(177)
Energia comprada (c)	(1.590)	(129)
Custos com manutenção (a)	(67)	(48)
Despesas gerais ou administrativas	(1.166)	(1.119)
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	(1.166)	(1.119)

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A remuneração da administração é realizada por meio de pagamentos efetuados diretamente pela Casa dos Ventos S.A., que posteriormente são rateados para suas controladas, incluindo a Companhia, e registradas como serviços tomados em despesas gerais ou administrativas. Os valores pagos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, podem ser visualizadas nesta mesma nota explicativa, nas demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		13.139	13.139	9.051	9.051
Contas a receber de clientes		5.502	5.502	5.438	5.438
Partes relacionadas - outros créditos		549	549	2.518	2.518
Aplicações financeiras vinculadas		4.340	4.340	5.355	5.355
Fornecedores		(4.267)	(4.267)	(456)	(456)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(154.954)	(168.168)	(164.407)	(176.269)
Dividendos a pagar		(3.350)	(3.350)	–	–
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(13)	(13)	(5)	(5)
Outras contas a pagar		(681)	(681)	(2.811)	(2.811)
Total		(139.735)	(152.949)	(145.317)	(157.179)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida - BNB	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - corrente	(2.029)	(1.966)
Contribuição social - corrente	(980)	(955)
Total	(3.009)	(2.921)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	67.060	66.344
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	5.365	5.308
Outras receitas não operacionais	2.800	2.650
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto de renda corrente	(2.029)	(1.966)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	8.047	7.961
Outras receitas não operacionais	2.800	2.650
Contribuição social corrente	(980)	(955)
Alíquota efetiva (%)	(17,6%)	(8,3%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	590	412
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.009	2.921
Impostos pagos sobre o lucro	(2.498)	(1.355)
Compensações no exercício	(537)	(1.388)
Saldos finais	564	590

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.
